

**PROJETO LEI nº 09 / 2023**

DISPÕE SOBRE A NOVA  
ADEQUAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO  
NACIONAL DE 2023 AOS  
SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS  
MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA - PE**, usando das suas atribuições legais conferidas pelo artigo 65 da Lei Orgânica do Município, submete ao Poder Legislativo o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** Os Servidores Públicos Municipais que, após o aumento concedido pelo Governo Federal, para vigorar a partir de janeiro de 2023, que fixou o SALÁRIO MÍNIMO em R\$ 1.320,00 (um mil e trezentos e vinte reais), ficaram com seus vencimentos abaixo desse novo teto, terão seus vencimentos equiparados ao Salário Mínimo Nacional e passarão a perceber o valor de R\$ 1.320,00 (um mil e trezentos e vinte reais).

**Parágrafo único.** A adequação de que trata o "caput" deste artigo será aplicada com efeitos retroativos a 01 de maio de 2023, e a todo o funcionalismo público municipal efetivos, comissionados e contratados, bem como aos inativos e pensionistas.

**Art. 2º** As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta de dotações constantes na Lei Orçamentária.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba – PE, 30 de maio de 2023.

MARINALDO  
ROSENDO DE  
ALBUQUERQUE:4080  
6022434

Assinado de forma digital por  
MARINALDO ROSENDO DE  
ALBUQUERQUE:40806022434  
Dados: 2023.05.30 11:03:00  
-03'00'

**MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE**  
PREFEITO

## JUSTIFICATIVA

Excelentíssima Senhora  
Vereador(a) Marileide Rosendo de Albuquerque  
Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Timbaúba.

Sirvo-me do presente, para fazer chegar às mãos de Vossa Excelência Projeto de Lei que dispõe sobre a nova adequação ao Salário Mínimo Nacional de 2023 aos servidores públicos civis municipais, e dá outras providências.

O reajuste ora proposto decorre da adequação prevista e estabelecida através da Medida Provisória nº 1.172/2022, que dispõe sobre o novo valor do salário mínimo, com efeitos a partir de 1º de Maio.

A Constituição Federal também preconiza o trabalho como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (art.1.º, IV), e em consequência o direito fundamental ao salário como forma de contrapartida do trabalho (art.6.º), assegurando a todos, existência digna, conforme os ditames da justiça social, demonstrando que uma efetiva política de remuneração é um dos instrumentos mais poderosos de combate à pobreza e desigualdade social em nosso país.

O reajuste do salário mínimo contribui decisivamente para redução das disparidades regionais de renda, influenciando diretamente na dinâmica econômica local, com a elevação do poder de compra e consumo das famílias, impactando qualitativamente as condições de vida e de sociabilidade da população.

Assim, o encaminhamento da presente proposta consubstancia-se na perspectiva de valorização do funcionalismo público municipal, com ênfase na melhor distribuição de renda e na recuperação do poder aquisitivo, gerando, como consequência, o crescimento da economia no nosso município, assegurando que nenhum servidor receba vencimento menor que o salário mínimo nacional.

Por essas razões, e por se tratar de matéria de grande relevo social, submetemos o presente Projeto de Lei para apreciação dos senhores Vereadores com a certeza de que Vossas Excelências aprovarão a presente iniciativa.

Atenciosamente, MARINALDO  
ROSENDO DE  
ALBUQUERQUE:40806  
022434

Assinado de forma digital por  
MARINALDO ROSENDO DE  
ALBUQUERQUE:40806022434  
Dados: 2023.05.30 11:02:45  
-03'00'

**MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE**  
PREFEITO



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER**  
**PROJETO DE LEI Nº 09/2023.**

**Autor: Poder Executivo**

**RELATÓRIO:**

Recebemos para lavrar parecer o Projeto de Lei nº 09/2023, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a nova adequação ao salário mínimo nacional de 2023 aos servidores públicos civis municipais e dá outras providências.

Inicialmente, verifica-se a competência do chefe do Poder Executivo para **iniciar o processo** legislativo da matéria em análise.

Sob o aspecto da **constitucionalidade e da legalidade**, o projeto de lei em tela não fere nenhum princípio legal, estando apto para ser apreciado pelo Plenário da Câmara.

O projeto de lei em tela não recebeu emendas.

É o relatório!

**VOTO**

Observa-se, pelo presente relatório, que o projeto em análise não apresenta qualquer vício de iniciativa, nem fere os preceitos constitucionais ou legais vigentes.

Ante o exposto, considerando que a proposição, atende ao que determinam a Constituição Federal, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Timbaúba e à Lei Orgânica do Município, esta comissão opina pela **constitucionalidade e legalidade do presente Projeto de Lei**.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Timbaúba, em 06 de junho de 2023.

  
**Ver. Marcos Antônio Ferreira**

**Ver. Felipe Gomes Ferreira Lima**

  
**Ver. José Bernardo de Farias**





**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

---

## **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PARECER**  
**PROJETO DE LEI Nº 09/2023.**

**Autor: Poder Executivo**

### **RELATÓRIO:**

Recebemos para lavrar parecer o Projeto de Lei nº 09/2023, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a nova adequação ao salário mínimo nacional de 2023 aos servidores públicos civis municipais e dá outras providências.

A proposição em tela visa adequar o vencimento básico dos servidores para o valor equivalente ao salário mínimo nacional. Trata-se de medida necessária, vez que beneficia os servidores do município.

Tal medida é assunto que compete à esta comissão permanente a sua análise quanto à pertinência e ao mérito.

O projeto de lei não recebeu emendas.

É o relatório!

### **VOTO**

Ante o exposto, tendo em vista que a proposição atende, no mérito, aos princípios constitucionais e, considerando os efeitos positivos para o servidor público do município de Timbaúba, esta comissão opina pela **constitucionalidade e pela legalidade do presente projeto de Lei.**

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Timbaúba, em 06 de junho de 2023.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

---

  
Ver. Tarcísio Batista da Silva

Ver. Emanuel Gouveia Ferreira Lima

  
Ver. Marcos Antônio Ferreira